



**MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**

**OFICIO/GAP Nº 09/2026**

Itapemirim/ES, 16 de janeiro de 2026.

Ao Exmº. Sr.

**THIAGO FARIA LEAL**

Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim – Poder Legislativo Municipal

Rua Adiles André s/nº, Serramar – ES

CEP: 29.330.000 – Itapemirim-ES.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminha-se a Vossa Senhoria o Projeto de Lei (anexo) cuja ementa versa *in verbis*: “**INSTITUI O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM, ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO, DISPÕE SOBRE O COMITÊ INTERSETORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

Nesse sentido, espera-se que o sobredito projeto seja recebido no rito de **URGÊNCIA ESPECIAL**, em obediência aos mandamentos da Lei Orgânica do Município de Itapemirim, Regimento Interno da Câmara Municipal e legislações correlatas afetas ao Processo Legislativo.

Sem mais para o momento, reitera-se manifesto de estima e consideração.

Atenciosamente,

**GENESIS ALVES BECHARA**

PREFEITO MUNICIPAL





**MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 04.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Nos termos do artigo 31 da Lei Orgânica do Município de Itapemirim, combinado com o artigo 63, III da mesma Lei, encaminha-se para apreciação dos nobres Edis o incluso Projeto de Lei que: “Institui o Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Itapemirim, estabelece diretrizes para sua implementação, dispõe sobre o Comitê Intersetorial da Primeira Infância e dá outras providências”, com o seguinte pronunciamento.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade consolidar, em âmbito normativo, o compromisso do Município com a proteção integral das crianças de até seis anos de idade, assegurando que as políticas públicas voltadas à primeira infância sejam planejadas, executadas e monitoradas de forma coordenada, contínua e intersetorial.

A proposta decorre da necessidade de conferir fundamento legal permanente ao Plano Municipal pela Primeira Infância, instrumento estratégico que orientará as ações municipais no período de 2025 a 2035, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Marco Legal da Primeira Infância e pelo Plano Nacional pela Primeira Infância.

Cumprе destacar que o Decreto Municipal nº 21.578/2025 já instituiu, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o Comitê Gestor Municipal Intersetorial pela Primeira Infância, responsável pela elaboração, articulação e coordenação das ações necessárias ao desenvolvimento do plano.

Assim, o presente Projeto de Lei tem por objetivo convalidar e harmonizar, em nível legal, a existência e a atuação do referido colegiado, garantindo segurança jurídica, estabilidade organizacional e coerência na condução das políticas públicas voltadas à primeira infância.





## **MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**

O Comitê Gestor, composto por órgãos da Administração Municipal e por conselhos de controle social, representa instância essencial de integração entre as diferentes políticas públicas, assegurando que saúde, educação, assistência social, cultura, proteção social e demais áreas atuem de maneira coordenada, evitando sobreposições, lacunas e fragmentações no atendimento às crianças e suas famílias.

Além disso, o Projeto de Lei estabelece mecanismos de acompanhamento e avaliação periódica das metas, garantindo transparência, continuidade administrativa e aprimoramento constante das ações desenvolvidas, com participação social e observância das boas práticas de gestão.

Registre-se, ainda, que a presente proposição já foi anteriormente encaminhada à Câmara Municipal, tendo sido protocolada sob o nº 1367/2025, na forma de Projeto de Lei Ordinária nº 89/2025. Todavia, em razão do encerramento das atividades legislativas daquela Casa, o referido projeto foi arquivado em 12 de dezembro de 2025, não tendo sido apreciado quanto ao mérito, circunstância que justifica a reapresentação da matéria.

Importa registrar, ainda, que a aprovação desta proposição assume caráter de urgência e relevância, tendo em vista tratar-se de medida necessária ao cumprimento do Acórdão nº 570/2028-8 do Tribunal de Contas, cujo atendimento deveria ter sido efetivado há dois anos. A matéria teve seu prazo final prorrogado derradeiramente por meio da Decisão nº 03952/2025-4 – Plenário, que estendeu a data limite para adequação até 31/12/2025, impondo ao Município a adoção imediata das providências normativas pendentes.

Trata-se, portanto, de medida de elevado interesse público, que fortalece a governança municipal, qualifica o planejamento intersetorial e reafirma o compromisso desta Administração com a proteção integral da primeira infância, etapa decisiva para o desenvolvimento humano, além de assegurar o cumprimento tempestivo das determinações do órgão de controle externo.





## **MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**

Diante do exposto, submete-se o presente Projeto de Lei à análise e aprovação dessa Egrégia Casa Legislativa, confiando no reconhecido compromisso desta Câmara Municipal com iniciativas voltadas à promoção dos direitos das crianças de Itapemirim.

Renovo votos de elevada estima e consideração.

Itapemirim-ES, 16 de janeiro de 2026.

**GENESIS ALVES BECHARA**

Prefeito Municipal





## **MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**

### **PROJETO DE LEI Nº. 04/2026.**

**“INSTITUI O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM, ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO, DISPÕE SOBRE O COMITÊ INTERSETORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**O PREFEITO DE ITAPEMIRIM, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do município faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele, em nome do povo, sanciona e promulga a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** Fica instituído o Plano Municipal pela Primeira Infância de Itapemirim, instrumento público de planejamento integrado voltado à promoção dos direitos das crianças de 0 a 6 (seis) anos de idade, elaborado em alinhamento com as Leis Federais nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), bem como com as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância, na forma do Anexo Único desta Lei.

**Art. 2º.** O Plano Municipal pela Primeira Infância terá vigência de 10 (dez) anos, entre 2025 e 2035, organizando-se a partir dos seguintes eixos estratégicos:

- I – Direito à assistência social e fortalecimento das redes de proteção às famílias com crianças na primeira infância;
- II – Direito à educação infantil e à integração intersectorial das políticas públicas;
- III – Direito à saúde integral das crianças;
- IV – Direito ao brincar, à cultura, ao lazer e ao esporte.

**Art. 3º.** Considera-se primeira infância, para os fins desta Lei, o período compreendido entre o nascimento e a idade de 6 (seis) anos completos,





## **MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**

equivalentes a 72 (setenta e dois) meses, nos termos da legislação federal vigente.

### **CAPÍTULO II DO PLANO DE AÇÃO**

**Art. 4º.** O Plano Municipal pela Primeira Infância constitui documento técnico, de caráter estratégico e apartidário, destinado a orientar o planejamento de longo prazo das ações intersetoriais do Município, garantindo atendimento integral e consistente às necessidades das crianças na primeira infância.

### **CAPÍTULO III DO COMITÊ INTERSETORIAL DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA**

**Art. 5º** O Comitê Gestor Municipal Intersectorial pela Primeira Infância, de caráter intersectorial e paritário, tem por finalidade planejar, articular e coordenar as ações voltadas à elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância.

**§ 1º** Os membros, titulares e suplentes, terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo o exercício da função considerado serviço público relevante, sem qualquer remuneração.

**§ 2º** O Comitê atuará no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SEME) e será formalmente instituído por decreto do Poder Executivo.

**Art. 6º.** Compete ao Comitê Intersectorial:

- I – garantir a articulação intersectorial na elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, com diretrizes, estratégias e metas;
- II – submeter os planos formulados à apreciação e deliberação do CMDCA;
- III – deliberar sobre etapas, responsabilidades e operacionalização das políticas relacionadas ao Plano;
- IV – estabelecer instrumentos de regulação, normatização, protocolos e





## **MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**

parâmetros municipais complementares àqueles definidos pela União e Estado;

V – definir estratégias e compromissos que fortaleçam a intersectorialidade na execução do Plano;

VI – discutir e aprovar critérios e aspectos operacionais do Plano, identificando e fortalecendo fluxos intersectoriais;

VII – promover articulação com vistas ao atendimento integral das crianças e fortalecimento das redes de proteção;

VIII – promover ações de sensibilização e articulação com gestores municipais das áreas envolvidas;

IX – apoiar a implementação do Plano e monitorar sua execução;

X – promover estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil integral.

**Art. 7º.** O Comitê Gestor Municipal Intersectorial poderá convidar representantes de outros órgãos, entidades públicas, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil para colaborar com estudos, análises e propostas técnicas sempre que necessário.

## **CAPÍTULO IV DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO**

**Art. 8º** O Comitê Gestor Municipal Intersectorial, instituído pelo Decreto Municipal nº 21.578/2025, será responsável pela coordenação, acompanhamento e monitoramento da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI.

**Art. 9º** O monitoramento das ações e metas do PMPI será realizado quadrimestralmente pelo Comitê Gestor Municipal Intersectorial, conforme metodologia e procedimentos definidos em regulamento e no Plano.

**Art. 10.** A avaliação anual do PMPI será realizada pelo Comitê Gestor Municipal Intersectorial, que consolidará os resultados em Relatório Anual, contendo síntese do andamento das ações e recomendações para o ciclo seguinte.

**Art. 11.** O Comitê Gestor poderá instituir Grupos de Trabalho e adotar





## **MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**

metodologias complementares, inclusive com participação social, na forma estabelecida em regulamento.

### **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12.** As ações do Plano Municipal pela Primeira Infância serão incorporadas ao Plano Plurianual como ações transversais, vinculadas às metas e programas correspondentes.

**Art. 13.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

**Art. 14.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei por meio de decreto.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapemirim-ES, 16 de janeiro de 2026.

**GENESIS ALVES BECHARA**  
**Prefeito Municipal**

